

## Desafios das políticas educacionais no contexto pós-pandêmico

 **Nadja Fonsêca da Silva**<sup>1</sup>

Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, MA, Brasil

### Resumo

O objetivo deste estudo é analisar os desafios das políticas educacionais no contexto pós-pandêmico. O problema de pesquisa parte da seguinte questão norteadora: Quais desafios das políticas educacionais emergiram no contexto pós-pandêmico? A abordagem da pesquisa se configura como qualitativa, do tipo exploratório, desenvolvida a partir do levantamento bibliográfico com coleta de dados em artigos científicos e sites de dados, como Censo da Educação básica e Censo da Educação Superior, bem como blog e revistas online. A técnica de análise dos dados se deu pela análise temática. Os resultados demonstram a queda dos indicadores de educação no Brasil no contexto pós-pandêmico. Considera-se que os desafios das políticas educacionais são: valorização profissional dos professores, infraestrutura, investimento na formação continuada de professores, elaboração de políticas públicas articuladas de modo a garantir os direitos sociais/educacionais a todos.

**Palavras-chave:** Políticas Educacionais. Pós-pandemia. Desafios.

### Challenges of educational policies in the post-pandemic context

#### Abstract

The aim of this study is to analyze the challenges of educational policies in the post-pandemic context. The research problem is based on the following guiding question: What challenges of educational policies have emerged in the post-pandemic context? The research approach is qualitative, exploratory, developed from the bibliographic survey with data collection in scientific articles and data websites, such as the Census of Basic Education and the Census of Higher Education, as well as blogs and online magazines. The data analysis technique was based on thematic analysis. The results show the drop in education indicators in Brazil in the post-pandemic context. It is considered that the challenges of educational policies are: professional valorization of teachers, infrastructure, investment in the continuing education of teachers, elaboration of articulated public policies in order to guarantee social/educational rights to all.

**Keywords:** Educational Policies. Post-pandemic. Challenges.

## 1 Introdução

Em março de 2020, a pandemia da Sars-CoV-2, conhecida como COVID-19, desvelou a fragilidade dos sistemas de saúde no mundo e desnudou as desigualdades sociais que assolam grande parte da população brasileira e mundial (MINAYO, 2008; SANTOS, 2020). Foram cerca de 48 milhões de estudantes que deixaram de frequentar as atividades presenciais em mais de 180 mil escolas espalhadas pelo

Brasil como forma de prevenção à propagação do coronavírus, dados de acordo com o último censo escolar divulgado pelo Inep (BRASIL, 2019).

Neste contexto, surgem os desafios das políticas educacionais no enfrentamento das desigualdades, ampliadas pelo cenário da pandemia. A situação dramática provocada pela Covid-19 nos obrigou a oferecer respostas imediatas e urgentes, sem a reflexão necessária. O uso indiscriminado de meios digitais foi a solução encontrada para manter a continuidade do processo educativo e, ao mesmo tempo, proteger a saúde pública.

Urge políticas educacionais que contribuam para a democratização e participação ativa, para a diminuição das desigualdades educacionais porque decidir não é apenas escolher, é também produzir a obrigação de agir e de respeitar a decisão tomada coletivamente em nome de um interesse comum (URFALINO, 2021).

Uma série de portarias e medida provisória foram publicadas pelo Ministério da Educação no Brasil (Portarias 343, 345, 356, 473 e Medida Provisória 934 de 1 de abril de 2020), suspendendo as aulas presenciais e indicando, em caráter emergencial, uma nova configuração do processo de ensino-aprendizagem, em todos os níveis de ensino, durante pandemia da Covid-19 (ALVES, 2020).

Ressalta-se as palavras de François Dubet quando afirma que “A escola na escola é melhor do que a escola em casa e do que a escola digital” (DUBET, 2020, p. 111). Acrescenta-se, ainda, a pergunta formulada por François Dubet e Marie Duru-Bellat (2020) “A escola pode salvar a democracia?”.

Para Bernard Charlot a educação é humanização, o que significa “socialização e entrada numa cultura” e “singularização e subjetivação”: “Pelo simples facto de nascer na espécie humana, todo ser humano tem direito à humanização, portanto à entrada num grupo social e numa cultura e a tornar-se um sujeito singular” (CHARLOT, 2020, p. 319).

Destaca-se Boris Cyrulnik (2021) ao ressaltar que adoecemos quando somos privados da presença do outro. Nesse contexto, o princípio da conectividade, e a urgência dessa conectividade, estabelece novas formas de atuação do professor e uma nova relação com o conhecimento profissional docente (NÓVOA, 2017). Assim, a escola teve de “desacelerar” e “descoincidir” (JULLIEN, 2020). O ensino, então, passa a se organizar em torno de grandes temas (OPERTTI, 2021).

Busca-se com Contreras (2002) o termo autonomia para referir-se à relação do professor com a própria profissão, destacando numa perspectiva global três tipos ou modelos de profissionais: o especialista técnico, o reflexivo e o intelectual crítico.

Destaca-se o professor como intelectual crítico, que se fundamenta na autonomia como emancipação.

## 2 Os desafios das políticas educacionais no contexto pós-pandêmico

A educação revelou-se um dos preditores mais importantes da saúde e do futuro. O impacto a longo prazo do fechamento das escolas sobre os resultados educacionais, os ganhos futuros e a saúde dos jovens ainda não foi suficientemente investigado com base em experiências anteriores de pandemias (VINNER *et al.*, 2020).

Compreender o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)<sup>1</sup> e os desafios das políticas públicas e em especial, a política educacional é condição necessária para o enfrentamento das desigualdades educacionais, sociais e econômicas. O IDH é calculado com base em três critérios: expectativa de vida, anos previstos e média de anos de escolaridade e renda nacional per capita. Na classificação da organização, o Brasil é considerado um país de alto desenvolvimento humano.

Porém, no *ranking* do IDH produzido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (ONU, 2021), entre os 193 países, o Brasil caiu duas posições. Ressalta-se que o IDH mede dados como os de expectativa de vida, renda e escolaridade da população a partir de um índice que vai de 0 a 1 – quanto mais perto de 1, melhor.

Em 2021, o IDH brasileiro era de 0,754, o 87º da lista e em 2022 é o 89º, com 0,760. O índice é próximo ao que o Brasil tinha antes da pandemia, quando ocupava a posição número 84, e atualmente ficou com 0,739. Apesar do desempenho apresentado no ranking, o Brasil está estagnado há uma década, porém permanece no grupo de nações com alto índice de desenvolvimento humano. O IDH é uma medida geral e sintética que, apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, não abrange nem esgota todos os aspectos do desenvolvimento.

No portal do G1, foi publicada em 13/03/2024 a matéria “Brasil cai duas posições no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano”, que afirma que o Brasil passou para o 89º lugar em uma lista de 193 países no Índice de Desenvolvimento Humano, divulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2022). Ressalta-se que dentre os dados coletados em 2022, Suíça, Noruega e Islândia lideram como primeiras colocadas.

<sup>1</sup> O IDH é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. Fonte: <https://brasil.un.org/pt-br/263155-lan%C3%A7amento-do-relat%C3%B3rio-de-desenvolvimento-humano-202324>

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que elabora o *ranking* anual, o IDH avançou no mundo, mas **de forma desigual**. A partir dos dados coletados foi observado que a recuperação dos anos da pandemia tem sido um processo "parcial, incompleto e desigual" (ONU, 2022).

Os países ricos alcançaram índices recorde e mostraram que já se recuperaram das perdas geradas nos anos da pandemia de Covid-19. No entanto, metade das nações mais pobres regrediu e caiu de posição no ranking. Os países que ficaram ao final da fila foram Somália, Sudão do Sul e República Centro-Africana. Na América do Sul, o Brasil está atrás do Chile (44º lugar), Argentina (48º) e Uruguai (52º).

Segundo a ONU, entre os entraves para o desempenho brasileiro está a dificuldade em dar continuidade às políticas públicas, o que prejudica o desempenho na educação, uma vez que o tempo médio de permanência na escola subiu muito pouco entre 2021 e 2022, chegando a 8,2 anos de estudo. Porém, o tempo mínimo de estudo na educação básica são de 12 anos – correspondendo da alfabetização ao Ensino Médio.

De acordo com o relatório do IDH, elaborado pelo PNUD, além do crescimento de desigualdades, o mundo vive um momento de grande polarização e de divisão geopolítica sem precedentes, pois mais da metade dos países menos desenvolvidos não se recuperou do impacto da pandemia e a maioria deles correspondem ao continente africano. O Afeganistão perdeu dez anos em termos de desenvolvimento humano e, na Ucrânia, o índice está no nível mais baixo desde 2004. Achim Steiner, coordenador da PNUD à agência de notícias AFP, afirmou que

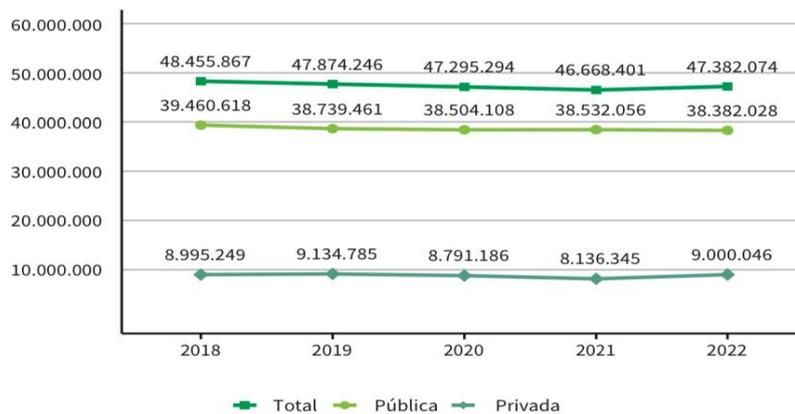
Vivemos num mundo mais rico do que em qualquer outro momento da história da humanidade, pelo menos em termos financeiros [...]. Mas há mais pessoas famintas, mais pessoas pobres do que há dez anos. Há cada vez mais guerras em todo o mundo, com dezenas de milhões de refugiados. [E acrescentou] É um mundo mais arriscado, que se volta contra si mesmo [...]. (G1, 2024, p. 1).

Nos atuais Censos da Educação Básica e da Educação Superior (2022) foram buscados dados sobre a formação de professores, tais como: matrículas na educação básica e graduação, escolaridade dos docentes do ensino médio; taxa de aprovação no ensino médio; escolas por estratégia de comunicação e apoio tecnológico disponibilizados aos alunos no ano letivo; escolas com internet por dependência, segundo a região e número de docentes na educação superior (BRASIL, 2022).

Quanto ao número de matrículas na educação básica, houve uma redução de 1.073.793 matrículas ao se comparar os dados de 2018 e 2022, abrangendo os

períodos pré, durante e pós-pandêmico. É válido destacar que no contexto da pandemia, entre 2020 e 2021, a redução foi de 626.893 matrículas na educação básica, de acordo com o gráfico a seguir.

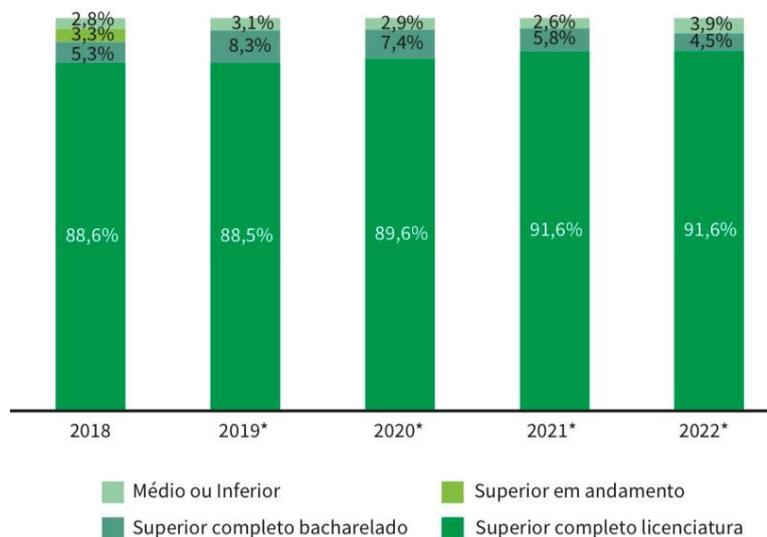
**Gráfico 1.** Número de matrículas na educação básica, segundo a rede de ensino– Brasil–2018-2022



Fonte: Elaborado pela DEED/INEP com base nos dados do Censo Escolar (BRASIL, 2022)

No que se refere a escolaridade dos docentes que atuam no ensino médio no Brasil, em 2018, havia 88,6% de professores com curso superior completo em licenciatura.

**Gráfico 2.** Escolaridade dos docentes do ensino médio – Brasil – 2018-2022



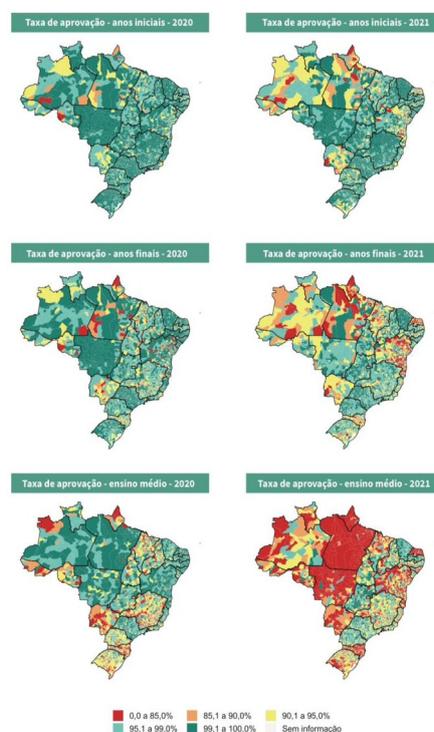
Fonte: Elaborado pela Deed/Inep, com base nos dados do Censo Escolar (BRASIL, 2022).

Em 2019, o Censo Escolar deixou de coletar dados sobre cursos superiores em andamento. Uma das ações promovidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em decorrência da Pesquisa de Controle de Qualidade do Censo Escolar de 2017, foi o estímulo à atualização

cadastral dos docentes, o que, a partir de 2019, impactou o percentual de professores com nível superior concluído (BRASIL, 2022).

Em 2022, o percentual de professores com licenciatura subiu para 91,6 %. No entanto, é válido destacar que o objetivo de alcançar 100% de professores da educação básica com curso de licenciatura vem sendo projetado desde a LDB N° 9.394/96, assim como no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014/2024 (BRASIL, 1996). Esse objetivo abrange a escolaridade em nível superior dos professores do ensino médio, além de envolver estratégias de comunicação e apoio tecnológico nas escolas durante a pandemia, bem como a implementação de internet nas instituições de ensino.

**Figura 1.** Taxa de aprovação, segundo a etapa de ensino, por município – Brasil – 2020 e 2021



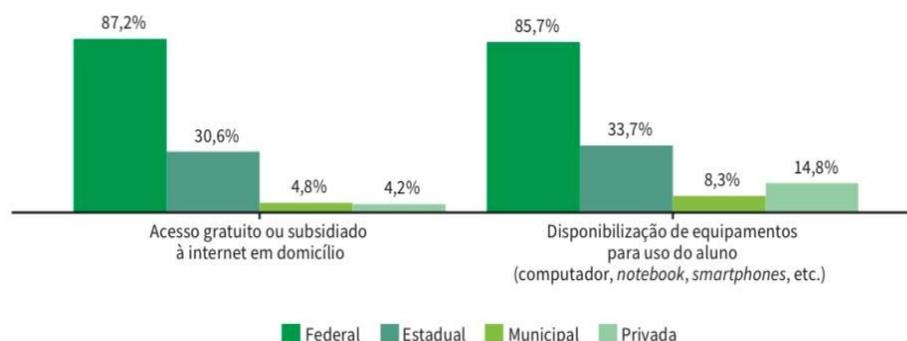
Fonte: Elaborada pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar (BRASIL, 2022)

Nos gráficos apresentados na Figura 1, que comparam a taxa de aprovação no ensino médio entre 2020 e 2021, anos em que estávamos no ensino remoto durante a pandemia, é notória a queda nos percentuais de aprovação, especialmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

No que se refere ao contexto da pandemia Covid-19, ressalta-se ainda a preocupação com o acesso gratuito à internet em domicílio e a disponibilização de

equipamentos para o uso do estudante no Brasil. O Gráfico 3, a seguir, explicita os dados por dependência administrativa em 2021:

**Gráfico 3.** Percentual de escolas por estratégia de comunicação e apoio tecnológico disponibilizados aos alunos no ano letivo, segundo a dependência administrativa – Brasil – 2021



Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados da Pesquisa sobre a resposta educacional à pandemia de covid-19 no ano de 2021 (BRASIL, 2022)

Os dados evidenciam que as esferas municipal e privada foram as que menos subsidiaram acesso gratuito à internet em domicílio e disponibilização de equipamentos para o uso do aluno (computador, notebook, smartphones, etc.) correspondendo a 4,8% (municipal) e 4,2% (privada) e 8,3% (municipal) e 14,8% (privada), respectivamente.

**Tabela 1.** Percentual de escolas com internet por dependência, segundo a região - 2022

PERCENTUAL DE ESCOLAS COM INTERNET POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, SEGUNDO A REGIÃO - 2022

Região	Dependência administrativa					
	Total	Pública	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Total	87,4%	84,1%	99,9%	92,6%	81,7%	98,4%
Norte	55,9%	52,3%	100,0%	66,2%	48,7%	97,1%
Nordeste	83,7%	80,9%	99,6%	91,0%	79,3%	96,9%
Sudeste	96,1%	94,8%	100,0%	98,1%	93,5%	98,8%
Sul	98,2%	97,9%	100,0%	98,9%	97,5%	99,2%
Centro-Oeste	98,0%	97,5%	100,0%	98,8%	96,8%	99,6%

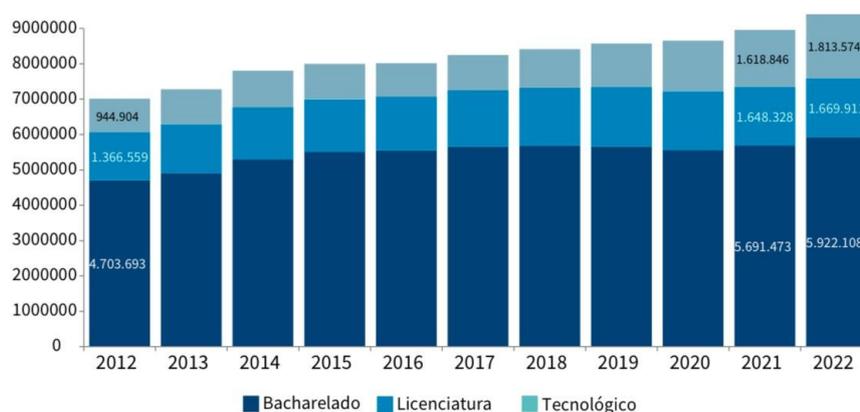
Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados da Pesquisa sobre a resposta educacional à pandemia de covid-19 no ano de 2021 (BRASIL, 2022)

Em 2022, logo após o contexto da pandemia, o percentual de escolas com internet variou significativamente por dependência administrativa e região. As regiões Norte (55,9%) e Nordeste (83,7%) foram as mais prejudicadas em termos de acesso à internet, em comparação com as demais regiões brasileiras, que registraram entre

96,1% e 98% de escolas conectadas, independentemente de serem públicas, federais, estaduais ou municipais. Destaca-se que as escolas federais apresentaram o maior índice, com 99,9% de escolas com internet.

Sobre o número de matrículas em cursos de graduação, por grau acadêmico, verifica-se que na última década (2002/2022), os cursos de licenciatura cresceram de 1.366.559 matrículas para 1.669.922, o que representa 303.363 de aumento de matrículas. Porém, são os cursos bacharelados e tecnológicos que representam um quantitativo maior de matrículas em cursos de graduação ao longo desta década, totalizando 5.922.108 e 1.813.574, respectivamente, conforme expresso no gráfico abaixo.

**Gráfico 4.** Número de matrículas em cursos de graduação, por grau acadêmico – 2012-2022.



Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base em microdados do Censo da Educação Superior (BRASIL, 2023a)

Os dados apresentados no Gráfico 4 mostram que, entre 2012 e 2022, houve um aumento significativo nas matrículas em cursos de graduação no grau acadêmico Tecnológico. Entre 2021 e 2022, o número de matrículas saltou de 1.618.846 para 1.813.574. Por outro lado, as matrículas em cursos de licenciatura (que formam professores) foram as que menos cresceram nos últimos dez anos, com um acréscimo de apenas 21.583 matrículas no Brasil.

No que se refere ao número de docentes na educação superior, foi em 2015 que houve o maior registro no número de docentes, totalizando 388.004 professores em exercício. Dentre eles, 165.722 docentes correspondem a rede pública, porém a maior parte dos docentes, 222.282, estão na rede privada, conforme pode ser observado na Tabela 2, a seguir.

**Tabela 2. Número de Docentes na Educação Superior – 2012-2022.**

NÚMERO DE DOCENTES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR, POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA – 2012-2022

Ano	Total	Docentes em Exercício	
		Pública	Privada
2012	362.732	150.338	212.394
2013	367.282	155.219	212.063
2014	383.386	163.113	220.273
2015	388.004	165.722	222.282
2016	384.094	169.544	214.550
2017	380.673	171.231	209.442
2018	384.474	173.868	210.606
2019	386.073	176.403	209.670
2020	366.289	171.330	194.959
2021	358.825	175.970	182.855
2022	362.116	176.864	185.252

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base em microdados do Censo da Educação Superior (Brasil, Inep, 2023a).

Em 2012, havia 362.732 docentes na educação superior. No entanto, em 2022, o total de docentes na educação superior foi reduzido para 362.116, sendo que 176.864 docentes na educação superior atuam na rede pública e 185.252 atuam na rede privada.

Retornamos as questões do contexto pós-pandêmico levantadas por Silveira (2022, p. 2)

Destarte, enormes desafios foram apresentados na Educação Básica, isolamento social e protocolos de segurança sanitária impuseram adaptações e mudanças em praticamente todas as esferas da sociedade. Na escola, o desenvolvimento de atividades presenciais, remotas e/ou híbridas representaram desafios para docentes e discentes, o resgate dos discentes infrequentes, a adaptação a novas tecnologias, o fortalecimento do vínculo com os alunos, a aproximação entre escola e família, a empatia com o trabalho dos professores e participação efetiva, entre outros, demandou das esferas sociais árduo trabalho e acompanhamento para a redução máxima dos impactos causados na educação.

O contexto pós-pandêmico apresenta diversas demandas aos elaboradores das políticas educacionais, tendo em vista os desafios acima citados.

### 3 Metodologia

A abordagem da pesquisa se configura como qualitativa. Trata-se de um tipo de estudo exploratório, desenvolvido a partir do levantamento bibliográfico em artigos científicos e sites de publicações de dados, tais como Censo da Educação Básica e Censo da Educação Superior, além da coleta de dados em *sites*, *blog* e revistas online. Adotou-se como técnica de análise dos dados a análise temática.

No que se refere ao propósito de realização desta pesquisa, Gil (2002, p. 41) destaca que “a pesquisa exploratória é desenvolvida no sentido de proporcionar uma visão geral acerca de determinado fato”.

Nesse contexto, um dos propósitos mais frequentes para a utilização de estratégias metodológicas de abordagem qualitativa é “dar voz” a grupos sociais ou indivíduos que estejam à margem do que os modelos mais objetivos de produção de conhecimento conseguem capturar (SPIVAK, 2010).

Para Marconi e Lakatos (2003, p. 158), quando é realizado o levantamento bibliográfico, “o pesquisador faz uma curadoria dos artigos científicos, livros, teses e outros materiais que falam a respeito do tema estudado. O trabalho de pesquisa bibliográfica inclui materiais impressos e também disponíveis exclusivamente em meios eletrônicos”.

A análise dos dados foi conduzida simultaneamente ao seu levantamento, e envolve práticas interpretativas e materiais que tornam o mundo visível, como representações, notas, entrevistas, fotos, gravações e memorandos, entre muitas outras possibilidades (CRESWELL, 2013).

#### **4 Resultados e Discussão**

No livro *A cruel pedagogia do vírus*, escrito por Boaventura de Sousa Santos, (2020), discute-se os impactos da pandemia evidenciando a ineficiência e fragilidade do sistema econômico e financeiro neoliberal, somada à fragilidade do Estado em respostas às diversas desigualdades sociais que se acentuaram na crise da pandemia do Covid-19, momento em que é percebido o ordenamento neoliberal e a mercantilização da saúde revelando a falta de investimento em áreas prioritárias, como a saúde e a educação, o que repercute na gestão das políticas públicas (SANTOS, 2020).

Historicamente, Santos (2020) ressaltou que há grupos sociais marginalizados, causada pela exploração capitalista, pela discriminação racial e pela discriminação sexual reafirmando a manutenção pelo sistema capitalista. Grupos sociais como as mulheres, a comunidade LGBTQIAP+, os trabalhadores precários, os informais, os trabalhadores de rua, as populações em situação de rua, os moradores das periferias, os internados em campos para refugiados, os imigrantes internacionais sem documentos, as populações deslocadas internamente, as pessoas com deficiência e os idosos vivenciam a invisibilidade e na medida em que o número de

casos do covid-19 alastrava-se no mundo, esses grupos sociais já vivenciavam condições de vulnerabilidade muito antes da pandemia (SANTOS, 2020).

Santos (2020) assevera que é perceptível o abismo da desigualdade social, política e econômica existente entre estes grupos e os grupos socialmente privilegiados. Além das desigualdades, o vírus reforçou a injustiça, a discriminação, a exclusão social e o sofrimento desses grupos. Assimetricamente, na sociologia das ausências, tornam-se mais invisíveis em face do pânico vivido. A pandemia desvelou o enorme abismo das desigualdades sociais que existe na sociedade. Estar no mesmo mar não significa que todos estão no mesmo barco (SANTOS, 2020).

Em 13 de março de 2024, o blog do Instituto Fome Zero (IFZ), publicou uma matéria referente a ONU que destaca a necessidade de romper o impasse a partir do relatório IDH 2023/2024 (INSTITUTO FOME ZERO, 2024). A matéria intitulada “Rompendo o impasse: o relatório de desenvolvimento humano pede uma ação coletiva para enfrentar a crescente desigualdade e outros desafios globais”, destaca que:

a) Após perdas acentuadas em 2020 e 2021, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – uma medida resumida que reflete a renda per capita, a educação e a expectativa de vida – subiu para o nível mais alto já registrado globalmente. No entanto, essa manchete do Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD de 2023/2024 – “*Breaking the Gridlock: Reimaginando a cooperação em um mundo polarizado*” – esconde algumas realidades muito preocupantes;

b) O valor geral do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é maior do que era em 2019. Mas isso não significa que o mundo tenha se recuperado totalmente dos efeitos da pandemia da COVID-19, agravada por outras crises globais. O valor de 2023 continua abaixo do nível previsto antes da pandemia. Essencialmente, não atingimos o nível de desenvolvimento humano que poderia ter sido esperado se a pandemia não tivesse ocorrido.

c) Antes da crise, o mundo estava no caminho para atingir um IDH médio “muito alto” até 2030, coincidindo com o prazo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Agora estamos fora do caminho, com todas as regiões abaixo de suas projeções anteriores a 2019.

d) Parte desse desenvolvimento humano perdido pode nunca mais ser recuperado. Primeiro, a COVID-19 matou 15 milhões de pessoas. São milhões de vidas interrompidas, um potencial ilimitado que nunca será realizado. E entre os sobreviventes estão aqueles que sofrem efeitos de longo prazo na saúde que limitam

suas escolhas e aqueles que perderam anos de educação que talvez nunca consigam recuperar.

No blog do Instituto Fome Zero (2024), também se ressalta a preocupação com a recuperação do desenvolvimento humano, destacando que o Brasil apresenta características de desenvolvimento parcial, incompleto e desigual. A análise aponta que, enquanto os países ricos estão mostrando sinais de recuperação, os mais pobres enfrentam dificuldades. Os países ricos já superaram seus níveis de IDH de 2019, mas, entre os países menos desenvolvidos, apenas um em cada dois conseguiu recuperar seus baixos níveis de IDH pré-crise. Enfatiza, ainda, que a recuperação “*parcial, incompleta e desigual*” exacerba a desigualdade e alimenta a polarização política. E que durante duas décadas, os países mais pobres do mundo estavam progredindo na redução da diferença de IDH em relação aos países mais ricos. No entanto, essa tendência se inverteu, e a desigualdade entre os países aumentou (INSTITUTO FOME ZERO, 2024).

Nessa matéria é destacado que a incapacidade de gerenciar nossas interdependências têm altos custos para o bem-estar humano e que o mundo está longe de alcançar os ODS, pois estamos regredindo nas principais metas de ação climática, proteção da natureza, segurança alimentar, pobreza, desigualdade e desigualdade de gênero (INSTITUTO FOME ZERO, 2024).

O relatório de Desenvolvimento Humano (2024) adverte que em 2022, o mundo registrou o maior número de conflitos armados desde a Segunda Guerra Mundial. Afirma ainda que, além do número de pessoas forçadas a fugir de suas casas, devido a conflitos, perseguições ou violações de direitos humanos, atingiu um recorde histórico. E que tanto nos países ricos quanto nos pobres, constatou-se que as pessoas estão mais tristes e estressadas do que há uma década (INSTITUTO FOME ZERO, 2024).

No subtópico – *Rompendo o impasse*, do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) (2023/2024), ressalta-se a necessidade de reimaginar e revigorar a cooperação multilateral para alcançar um desenvolvimento humano elevado em todos os lugares. No entanto, analisa que a sensação generalizada de insegurança contribui para a polarização que nos impede de nos unirmos para resolver desafios comuns, dentro dos países e em nível global. Para romper o impasse e ampliar a ação coletiva, o RDH (UNDP, 2024) propõe:

- a) Aumento da agência: O desenvolvimento deve estar centrado no aumento da capacidade de ação das pessoas, em seu senso de poder determinar seu próprio futuro;
- b) Bens públicos planetários, para a estabilidade climática, à medida que enfrentamos os desafios sem precedentes do Antropoceno;
- c) Bens públicos globais digitais, para maior equidade no aproveitamento de novas tecnologias para o desenvolvimento humano equitativo;
- d) Mecanismos financeiros novos e ampliados, incluindo um novo caminho na cooperação internacional que complementa a assistência humanitária e a ajuda tradicional ao desenvolvimento para países de baixa renda;
- e) Redução da polarização política por meio de novas abordagens de governança focadas no aumento das vozes das pessoas na deliberação e no combate à desinformação.

Apesar do aumento da polarização e da desconfiança, o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) 2023/2024 constatou que, nos últimos 10 anos, os países com alto IDH melhoraram seu desenvolvimento humano sem aumentar as pressões sobre o planeta. Essa dissociação representa uma mudança significativa em relação aos anos anteriores, quando o desenvolvimento humano e as pressões ambientais aumentavam simultaneamente. O relatório oferece uma forte evidência de que o avanço do desenvolvimento humano não precisa ocorrer às custas do meio ambiente (UNDP, 2024).

Quanto as potencialidades, são destacados no RDH exemplos de pessoas e países que conseguiram romper o impasse e trabalhar juntos para resolver grandes problemas, tais como:

- a) Cadeia de suprimentos global, a produção de vacinas contra a COVID-19 salvou cerca de 20 milhões de vidas somente no primeiro ano da pandemia. Os países continuam a cooperar no sequenciamento genômico de variantes, mesmo com a persistência de desigualdades vergonhosas no acesso às vacinas.
- b) Na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP28), o mundo estabeleceu um fundo de perdas e danos, com promessas que totalizam mais de US\$ 600 milhões. Mais de 3 bilhões de pessoas que sofreram com os impactos das mudanças climáticas serão beneficiadas.
- c) Antes de sua suspensão, o acordo de grãos da Ucrânia evitou a fome generalizada, que teria prejudicado mais os países e as pessoas mais pobres (UNDP, 2024, p. 17).

Essas possibilidades acima citadas no RDH, nos põe a acreditar que o mundo pode se unir para enfrentar desafios críticos como conflitos, pobreza, mudanças climáticas e abuso dos direitos humanos. Nesse mundo interconectado, a ação coletiva das políticas públicas e da população é um caminho possível para garantir que países possam alcançar seu pleno potencial de desenvolvimento humano.

Na prática, o que se observou foi que, diante das medidas adotadas durante a pandemia, importantes questões não foram consideradas pelos órgãos competentes,

como a situação de vulnerabilidade socioeconômica, linguística, física e cognitiva dos alunos (SHIMAZAKI *et al.*, 2020).

Pesquisas nessa temática devem ser visualizadas como um processo contínuo de investigação, análise e ação, permitindo que os pesquisadores explorem as experiências e dificuldades que os professores e alunos têm apresentado, de modo a conhecer os problemas reais, cujas soluções poderão ser encontradas com base no que foi aprendido e nas questões identificadas (LIU; LI, 2020).

## 5 Considerações finais

Retoma-se o problema de pesquisa explicitado na introdução: Como se dá o contexto pós-pandêmico em relação aos desafios das políticas educacionais? Ao buscar respondê-lo, de modo a cumprir objetivo de pesquisa – analisar o contexto pós-pandêmico em relação aos desafios das políticas educacionais.

Destaca-se que um dos principais resultados nos remete às discussões mais importantes, tais como: a queda dos indicadores da educação na educação básica e educação superior, bem como no IDH.

Considera-se que os desafios das políticas educacionais são: valorização profissional dos professores, infraestrutura, investimento na formação continuada de professores, elaboração de políticas públicas articuladas de modo a garantir os direitos sociais/educacionais a todos.

Atualmente, no contexto pós-pandêmico, busca-se ampliar o debate sobre a descaracterização da formação de professores e sobre os ataques à educação pública e ao magistério, fenômeno em que o neoliberalismo impõe processos de privatização, mercantilização, padronização e controle.

No que se refere aos desafios da formação de professores, questiona-se a tentativa de padronização dos currículos dos cursos de formação de professores da educação básica, a partir do contexto político conservador que se instalou no Brasil após o golpe de 2016.

Com a "ideologia de mercado", os governos elaboraram um discurso visando assegurar a "coerência" entre as diretrizes curriculares nacionais para a formação docente, a Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica (BNCC) e a BNC-Formação, representando o retorno à tentativa de homogeneizar e uniformizar os currículos dos cursos de formação de professores.

Dessa forma, a retomada da "normalidade" pós-pandemia, almejada por políticos neoliberais, foi dificultada pelo aumento da pobreza e da extrema pobreza. A única alternativa possível é um movimento de nova articulação, que pressupõe uma virada epistemológica, cultural e ideológica capaz de sustentar soluções políticas, econômicas e sociais, garantindo a continuidade da vida humana no planeta. Isso requer a capacidade de imaginar o planeta como nossa casa comum (SANTOS, 2020).

Entretanto, os agentes podem transformar ou conservar tais estruturas ou ao menos desejar mudanças. O fato é que tais estruturas são construídas socialmente; os agentes incorporam a estrutura social ao mesmo tempo em que a produzem, legitimam e reproduzem (SANTOS, 2020) Neste sentido, busca-se que esta pesquisa contribua para ampliar o conhecimento já produzido no campo educacional.

## Referências

ALVES, Lynn. Educação remota: entre a ilusão e a realidade. **Interfaces Científicas**, Aracaju, v. 8, n. 3, p. 348-365, 2020. DOI: <http://doi.org/10.17564/2316-3828.2020v8n3p348-365>

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Básica 2019**: resumo técnico. Brasília, DF: MEC, INEP, 2019. 94 p.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2022**: divulgação dos resultados. Brasília, DF: MEC, INEP, 2022. 79 p.

CHARLOT, Bernard. **Éducation ou barbarie**. Paris: Economica, 2020.

CONTRERAS, José. **A autonomia de professores**. São Paulo: Cortez, 2002.

CRESWELL, John W. **Qualitative inquiry and research design**: choosing among five approaches. Thousand Oaks: Sage Publications, 2013.

CYRULNIK, Boris. **Des âmes et des saisons**: psycho-écologie. Paris: Odile Jacob, 2021.

DUBET, François; DURU-BELLAT, Marie. **L'école peut-elle sauver la démocratie?** Paris: Seuil, 2020.

DUBET, François. À l'école: que faire après le virus? **Esprit**, n. 464, p. 107-114, 2020.

G1. Brasil cai duas posições no ranking do índice de desenvolvimento humano. **Portal G1**, São Paulo, p. 1-5, 2024. Disponível em:

<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/03/13/brasil-cai-duas-posicoes-no-ranking-do-indice-de-desenvolvimento-humano.ghtml> Acesso em: 24 abr. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INSTITUTO FOME ZERO. Rompendo o impasse: o Relatório de Desenvolvimento Humano pede uma ação coletiva para enfrentar a crescente desigualdade e outros desafios globais. **Blog IFZ**, p. 1-2, 2024. Disponível em: <https://ifz.org.br/rompendo-o-impasse-relatorio-idh-2023-2024/> Acesso em: 24 abr. 2024.

JULLIEN, François. **Politique de la décoïncidence**. Paris: L'Herne, 2020.

LIU, Ruo-Lan; LI, Yu-Chi. Action research to enrich learning in e-tutoring for remote schools. **Systemic Practice and Action Research**, v. 33, p. 95-110, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11213-019-09517-5>

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

NÓVOA, António. Firmar a posição como professor. Afirmar a profissão docente. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 47, n. 166, p. 1106-1133, 2017.

OPERTTI, Renato. **Ten clues for rethinking curriculum**. Genève: UNESCO/IBE, 2021.

ONU. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2021-22**. Brasília, DF: ONU, 2022. 320 p.

ONU. **Relatório Anual Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. Brasília, DF: ONU, 2021. 31 p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. São Paulo: Boitempo, 2020.

SANTOS, J. A. F. Covid-19, causas fundamentais, classe social e território. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 18, n. 3, e00280112, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00280>

SHIMAZAKI, Elza Midori; MENEGASSI, Renílson José; FELLINI, Dinéia Guizzo Neto. Ensino remoto para alunos surdos em tempos de pandemia. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, e2015476, p. 1-17, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.15.15476.071>

SILVEIRA, Cláudia Maria L. de Sousa e. Reflexões e ações da avaliação da aprendizagem no Ceará: um breve histórico das implicações educacionais no período pandêmico. **Revista de Instrumentos, Modelos e Políticas em Avaliação Educacional**, v. 3, n. 2, p. e022013, 2022. DOI: <https://doi.org/10.51281/impa.e022013>

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

UNDP. **Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH) 2023-2024**. Nova York: [s.n.], 2024. 54 p.

URFALINO, Philippe. **Décider ensemble: la fabrique de l'obligation collective**. Paris: Seuil, 2021.

VINNER, Russel *et al.* School closure and management practices during coronavirus outbreaks including COVID-19: a rapid systematic review. **The Lancet**, v. 4, p. 397-404, 2020. DOI: [https://doi.org/10.1016/S2352-4642\(20\)3005-X](https://doi.org/10.1016/S2352-4642(20)3005-X)

---

<sup>1</sup> **Nadja Fonsêca da Silva**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6517-5886>  
Pós-Doutoranda em Educação (UECE). Doutora em Educação em Ciências e Matemática (UFMT). Mestre em Educação (UFMA). Professora Adjunta III (UEMA). Graduada em Pedagogia (UFMA). Pesquisa Formação de Professores e Avaliação Educacional.  
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9850574903473891>  
E-mail: [nadjafonseca2@gmail.com](mailto:nadjafonseca2@gmail.com)

#### Como citar este artigo (ABNT):

SILVA, N. F. Avaliação educacional no contexto pré/pós-covid: desafios para a formação de professores. **Revista de Instrumentos, Modelos e Políticas em Avaliação Educacional**, v. 5, p. e024015, 2024. DOI: <https://doi.org/10.51281/impa.e024015>

*Recebido em 03 de julho de 2024  
Aprovado em 30 de agosto de 2024  
Publicado em 15 de outubro de 2024*